

**4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALMADA****Anúncio n.º 10898/2011****Processo: 7777/10.3TBALM — Insolvência de pessoa singular (apresentação) — N/Referência: 9050856**Devedor: Paulo Cardoso e Ana Maria Soares Cardoso.  
Credor: Banco Santander Totta e outro(s).

Despacho de Exoneração do Passivo Restante, nos autos de Insolvência acima identificados em que são Devedores: Paulo Cardoso, estado civil: Casado, NIF 121550931, Endereço: Avenida de António José Gomes, 60, 5.º, Frente, Almada, 2805-086 Almada e Ana Maria Pereira Soares Cardoso, estado civil: Casado, NIF 129501280, Endereço: Avenida de António José Gomes, 60, 5.º Frente 2805-086, Almada, 2805-086 Almada.

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi proferido despacho de indeferimento do pedido de exoneração do passivo restante — artigo 238.º, n.º 1, alínea d), do CIRE.

21-07-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Antonino Antunes*. — O Oficial de Justiça, *José António*.

304944608

**TRIBUNAL DA COMARCA DE ALMEIRIM****Anúncio n.º 10899/2011****Processo: 602/11.0TBALR Insolvência pessoa singular (Apresentação) N/Ref. 1056887**

Insolvente: David Cesário Henrique de Carvalho e Maria de Fátima M. Faria Carvalho

No Tribunal Judicial de Almeirim, Secção Única de Almeirim, no dia 16-06-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedores David Cesário Henrique de Carvalho, nascido em 19-03-1955, NIF — 132742349, Travessa de São Roque, 5, Almeirim, 2080-000 Almeirim, e Maria Fátima Martins Faria Carvalho, Casado nascido em 20-04-1956, NIF — 132742357, BI — 9725710, Endereço: Trav S Roque N 5, Almeirim, 2830-173 Almeirim, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Eusébio Eduardo Marques Gouveia, Endereço: Travessa da Trindade, n.º 16, 3.ª, Lisboa, 1200-469 Lisboa Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 16-08-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda adverti-

dos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

20-06-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro Miguel Ferreira Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Maria Eugénia Agostinho*.

304828284

**Anúncio n.º 10900/2011****Processo: 522/11.8TBALR Insolvência pessoa singular (Apresentação) N/Referência: 1068097**Insolvente: Victor Ricardo da Lança Gomes  
Credor: Azubetão e outro (s).

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Victor Ricardo da Lança Gomes, Endereço: Rua das Oliveiras, n.º 41, Frade de Baixo, 2090-216 Alpiarça

Administrador de Insolvência: Eusébio Eduardo Marques Gouveia, Endereço: Travessa da Trindade, n.º 16, 3.º a, Lisboa, 1200-469 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 09-09-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

18-07-2011. — O Juiz de Direito (de Turno), *Dr. António Antunes Gaspar*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Barreto*.

304932644

**TRIBUNAL DA COMARCA DE BAIÃO****Anúncio (extracto) n.º 10901/2011****Processo: 160/11.5TBBAO**

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

**N/Referência: 717833**

Insolvente: Manuela Cristina Pinto Mota

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Manuela Cristina Pinto Mota, estado civil: Divorciado, nascido(a) em 26-12-1971, freguesia de Fornos [Marco de Canaveses], nacional de Portugal, NIF — 208418083, BI — 9826628, Endereço: Lugar da Vinha, Ancede, 4640-036 Baião

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

António Bonifácio, Endereço: Edifício Ordem IV, R/c, Piso 4-C, Apartado 47, Marco de Canaveses, 4630-000 Marco de Canaveses

Durante o período de cessão (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva

ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

4 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Manuela de Freitas Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Branca Vigo*.

304943693

## TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

### Juízo de Comércio de Aveiro

#### Anúncio n.º 10902/2011

##### Processo: 333/11.0T2AVR-Insolvência pessoa singular (Apresentação) N/Referência: 11709242

Insolvente: Delfina Rosa Dias Gomes  
Credor: Barclays Bank, Plc e outros

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Delfina Rosa Dias Gomes, estado civil: Casado, NIF-175099197, BI-5823481, Endereço: Rua Senhora da Boa Viagem, n.º 295, 1.º, 3880-298 Torrão do Lameiro, Ovar. Administradora da Insolvência: Dr.ª Cláudia Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques, n.º 564, 2.º Dtº Frente, Rio Tinto, 4435-006 Rio Tinto. Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante. Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Cláudia Margarida de Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques, n.º 564, 2.º Dtº Frt, 4435-006 Rio Tinto. Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

07-06-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo* — O Oficial de Justiça, *Conceição Sá*.

304774102

#### Anúncio n.º 10903/2011

##### Processo: 513/11.9T2AVR Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 11990065 Data: 06-07-2011

Requerente: Angélica Maria Marques Pereira Gomes Oliveira e outro(s).

Insolvente: Lavandaria Mirantuã, L.ª

#### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 05-07-2011, às 11h00, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Lavandaria Mirantuã, L.ª, NIF — 502657529, Sede: Rua Manuel Lopes Rodrigues, Conjunto Mirantuã, Loja E, Do Bloco Poente, Beduído, 3860-375 Estarreja e estabelecimento sito na Avenida José Estêvão, n.º 653, 3830-556 Gafanha da Nazaré, Ílhavo, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr(a). Conceição Santos, Endereço: Rua S. Nicolau, 2, Sala 103, 1.º, 4520-248 Santa Maria da Feira

É gerente da devedora/insolvente: Ana Paula Casal Pata, domicílio: Rua Padre Américo, n.º 87, Gafanha da Nazaré, 3830-705 Ílhavo. a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

06-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

304884377

#### Anúncio n.º 10904/2011

##### Processo: 1171/11.6T2AVR Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 12040880 Data: 11-07-2011

Na Comarca do Baixo Vouga, Aveiro — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 08-07-2011, 12h00, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Victor Manuel Fernandes, NIF — 116570997, Endereço: Rua Principal N.º 537 — Piedade, Espinhel, 3750-403 Águeda, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr(a). Rui Castro Lima, Endereço: Rua Combatentes da Grande Guerra, 29, 3810-087 Aveiro. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 12-09-2011, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos